



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS GUARABIRA
CENTRO ACADÊMICO OSMAR DE AQUINO
CURSO DE HISTÓRIA**

GILVANEIDE OLIVEIRA MACENA

**A LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS DO BREJO PARAIBANO JUNTO A
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- GUARABIRA NO PERÍODO DE 1980 E 1990**

**GUARABIRA- PB
2018**

GILVANEIDE OLIVEIRA MACENA

**A LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS DO BREJO PARAIBANO JUNTO A
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- GUARABIRA NO PERÍODO DE 1980 E 1990**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
História da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Licenciada em
História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fagundes
de Paiva Neto

**GUARABIRA- PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M1411 Macena, Gilvaneide Oliveira.
A luta das mulheres camponesas do Brejo Paraibano junto a Comissão Pastoral da Terra - Guarabira no período de 1980 e 1990 [manuscrito] / Gilvaneide Oliveira Macena. - 2018.
33 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto, Departamento de História - CH."
1. Memória. 2. CPT. 3. Participação feminina nos movimentos sociais. I. Título
21. ed. CDD 305.43

GILVANEIDE OLIVEIRA MACENA

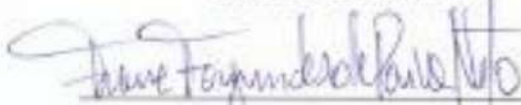
**A LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS DO BREJO PARAIBANO JUNTO A
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- GUARABIRA NO PERÍODO DE 1980 E
1990.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
História da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Licenciada em
História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fagundes
de Paiva Neto

Aprovada em: 28, 11, 2018

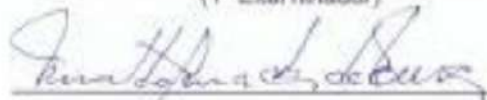
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto – UEPB/CH/DH
(Presidente – Orientador)



Prof. Me. Cibelle Jovem Leal – UEPB/CH/DH
(1º Examinador)



Prof. Dr. Rivaldo Amador de Sousa – UEPB/CH/DH
(2º Examinador)

Dedico a todos que participaram deste meu processo de formação, principalmente aqueles que não me abandonaram nos momentos mais difíceis de minha vida, em especial minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por não me abandonar em momento algum de minha trajetória. A minha família em especial meus irmãos e meus pais Gilson José Macena e principalmente minha mãe Maria do Carmo da Silva Oliveira Macena, ela que sempre me apoiou em minhas decisões. Agradeço ao meu esposo José Fernandes por me compreender em alguns momentos de indecisão. Ao meu filho que chegou na hora certa em minha vida, a grande força de prosseguir vem deles. Agradeço aos colegas e amigas (os) que fizeram e fazem parte de minha vida. Em especial a uma grande amiga (Adriana Paulino) que mesmo antes de mim conhecer, ofereceu ajuda, me recepcionou na UEPB, sem sua força teria sido bem mais difícil minha permanência no curso.

Agradeço a todos aqueles que vibraram com a minha aprovação no curso. Sei que não foi fácil terminar, enfrentei muitas barreiras. Mas com as graças de Deus estiveram anjos do meu lado, entre eles o Professor Valdecir, Ivonildes, Martinho, Cibele, Susel, Edna, Ruston, Joedna, Rivaldo, Fagundes e todos meus professores.

Ao professor Fagundes por ter aceito me orientar. Sei que não foi fácil pra ele ter que me aturar.

E em memória de minha avó paterna Tereza Irineu que não chegou a ver minha conclusão do curso, porém ficou muito feliz quando soube que passei. Dedico todo meu TCC a ela.

Sumário

1. Introdução	7
2. Movimentos sociais e memória: por uma reflexão teórica	8
3. Movimentos sociais, CPT e mulheres em cena:	17
4. Conclusão	28
REFERÊNCIAS.....	30

A luta das mulheres camponesas do Brejo Paraibano junto a Comissão Pastoral da Terra - Guarabira no período de 1980 e 1990.

Gilvaneide Oliveira Macena ¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de tentar entender o que levou a presença do feminino nas lutas camponesas que tinha a Comissão Pastoral da Terra (CPT), como mediadora. Tivemos como métodos a pesquisa bibliográfica que continham em seu teor a história e memória de camponeses que estiveram firmes na batalha de alguns movimentos históricos ligados a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a luta feminina. O resultado obtido nesta pesquisa, que a presença feminina foi importante em todos os processos de lutas no campo do brejo e agreste paraibano, elas são responsáveis por manter o ciclo da vida preservando o meio ambiente e lutar contra exclusão de direitos, sindicalização: salários iguais, aposentadorias e participação na vida social. Porém há muitos lugares a serem ocupados e a luta não para, ela é cotidiana em busca de várias outras melhorias, negadas a classe pobre.

Palavras chaves: Memória. CPT. Participação feminina nos movimentos sociais.

1. Introdução

Desenvolvemos uma pesquisa sobre a história de luta das mulheres camponesas que vivem em assentamentos da reforma agrária que tiveram o apoio da Igreja Católica, especificamente a Pastoral Rural, que por volta da década de 1980 e 90 passa a ser Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Guarabira/PB. Tivemos como base teórica: bibliografias com relatos de pessoas que viveram e vivem em movimentos ligados ao campesinato, e fazem parte do serviço pastoral CPT, dando prioridade para as trabalhadoras rurais que permanecem na terra e tem à mesma como fonte geradora de renda. Se atentamos em perceber os motivos que levaram estas mulheres camponesas a se envolverem nas ações: que visavam a Reforma Agrária e outros direitos voltados para o campo.

O porquê da escolha do tema está no meu interesse em trabalhar com a história e memórias de pessoas ligadas à luta pelos interesses coletivos por mais que este esteja explícito, ou não no interesse individual de cada pessoa. E também por morar

¹ Aluna de graduação em licenciatura plena em história na Universidade Estadual da Paraíba- Campus III
E-mail: gilvaneidecolega@hotmail.com

em uma área de assentamento, localizada no município de Alagoinha-PB (Assentamento Santa Terezinha I). E mostrar que as memórias destes que viveram estas experiências de movimento, são memórias que perpassaram anos e é fonte para reconstruir historicamente a formação de nossas comunidades do brejo, principalmente os (assentamentos assistidos pela CPT).

2. Movimentos sociais e memória: por uma reflexão teórica

Trabalhar com história de movimentos sociais pode permitir uma série de reflexões sobre memória e resistência por grupos/classes sociais, são processos políticos de lutas que podem contrariar os setores políticos hegemônicos dominantes. Neste trabalho, abordaremos a visão de classe, a partir de Thompson que a apresenta como:

A classe acontece quando alguns homens, com resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 1987, p.10 Apud LUNA, 2014, p. 9)

Trazendo para o nosso campo de estudo a classe camponesa, quando se manifesta em um contexto de luta contra os interesses de uma classe formada pela classe dominante agrária, que concentram em suas riquezas, grandes lotes de terras, além do domínio dos meios de produção e comunicação como mecanismos de reprodução de poder na sociedade. Uma das expressões de luta de classes do campesinato com as classes dominantes agrárias passa pela reforma agrária, que garante o direito de produzir seus alimentos e tantos outros espaços políticos dentro da comunidade. Sabe-se que estas duras relações sociais entre a classe dominante agrária e o campesinato continuam estreitas, delimitadas pela exploração do trabalho por parte da primeira classe.

As relações sociais entre a classe dominante agrária e a classe camponesa sempre foi desigual (exploração do trabalho, direitos negados). Esta classe dominante (fazendeiros/canavieiros) e a classe política tenta por vários meios de se impor com suas crenças e ideologias aos camponeses, fazendo os acreditarem nas suas condições de classe subordinada sem direito algum. E com os avanços técnicos a tão famosa modernização no campo da produção, trouxe novos equipamentos agrários para o campo, cuja tecnologia deixou trabalhadores rurais sem trabalho e salários.

Além disso, a expulsão deles das terras nas quais moravam durante as relações de trabalho em algumas fazendas. Junto com esta modernização surgiu uma nova forma de pensar para os trabalhadores rurais que viram a necessidade de reivindicar novas formas de vida, direitos negados por tempos, formas de trabalho digno, terra e moradia.

Um exemplo claro dessa emergência política dos trabalhadores rurais foi a criação das Ligas Camponesas, que levou a desestabilização da hegemonia da classe agrária. Teve grande repúdio e perseguição por parte dos grandes proprietários de terras, governo e policiais, levando inúmeros camponeses à morte.

Diante das ações arbitrárias no campo já na década de 1960, a Igreja Católica deu sinais de apoio ao rebanho católico, suscetível as violências estatais ou de grupos privados. Para fins de estudo, lançaremos o nosso olhar sobre as relações da Igreja Católica com a classe camponesa na luta pela reforma agrária no Brejo Paraibano. Por isso cabe destacar aqui o papel primordial destes intelectuais orgânicos (no sentido gramsciano) padres, advogados, professores e todos aqueles camponeses que tiveram um nível a mais de aprendizado escolar e de movimento, envolvidos nestas ações. Eram pessoas, quase sempre, oriundas de classes subalternas e também os que se identificavam com a causa, com as reivindicações destes camponeses, que não aceitavam a desigualdade para com os menos favorecidos.

E em relação a toda estrutura criada por uma determinada classe para manter o controle hegemônico sobre outras classes, abordaremos o conceito de hegemonia com base em Gramsci, que se configura por uma situação política que demanda convencimento e persuasão. Assim, um movimento social ou uma pastoral da Igreja terá indivíduos que por uma determinada identidade social poderá auxiliar em processos ou ações políticas emancipatórias ante aos grupos/classes dominantes, quer seja material ou simbolicamente. Por essa razão, observamos a resistência política como uma experiência social relacionada à memória, devido ao vínculo identitária de pertença a uma classe. Levando isso em conta, abordaremos a visão de Gramsci de hegemonia, cuja definição é de:

Hegemonia é, assim, por um lado, vontade coletiva, e, por outro, autogoverno; e esse último se alcança através de um trabalho "de baixo" que incorpora o singular ao coletivo e que, nesse processo, não mantém os grupos subalternos no plano inferior, mas os eleva, torna-os mais capazes de dominar as situações, confere-lhes uma maior universalidade, o que significa, para

Gramsci, a realização de uma "reforma intelectual e moral". (SIMIONATTO, 1997)

Neste caso o trabalho é destinado aos intelectuais orgânicos, que trabalham com os objetivos políticos associados aos interesses camponeses, colocando-os no meio da ação graças a estas intenções individuais de forma crítica, colocando-as de acordo com as intenções coletivas do grupo/classe. Essa relação permite que dominem o seu próprio ambiente de representações políticas, sabendo qual sua posição no jogo jogado dentro da sociedade. Como na fala de Santos (2009, p.151): "os intelectuais orgânicos são responsáveis por construir o projeto da sua classe". Um novo projeto de sociedade baseado na superação de estruturas sociais anteriores, que pode fazer emergir um contexto social com a diminuição de instâncias de dominação social.

E também nas concepções de Gramsci, os intelectuais orgânicos são aqueles que nascem dentro da sua própria cultura, estes são capazes de representar os interesses de sua classe, aqui a camponesa. Ou seja, cada classe cria seus próprios intelectuais. Porém os "orgânicos" são aqueles que vão elevar segundo Gramsci sua classe aos objetivos pretendidos na luta política por direitos. Assim:

Os intelectuais orgânicos aos dominados, ao contrário, estão convencidos de que "a verdade é revolucionária". Portanto, não abdicam a formar consciências críticas e a construir um "bloco histórico" (uma articulação dialética) entre estrutura e superestrutura (economia e cultura), entre sociedade civil e sociedade política, de maneira a superar a relação vertical entre governantes e governados e a separação entre intelectuais e massa. (SEMERARO, 2006, p. 385)

Nestas concepções Gramsci situa a posição do intelectual orgânico como o impulsionador que vai desestruturar uma sociedade baseada na dominação, e criar um outro tipo de hegemonia, que vai considerar o social como uma construção coletiva passível de lutas para diminuição das assimetrias sociais. Por isto, o intelectual orgânico vem de uma sociedade dominada por uma classe pequena, constituída por pessoas que tem como alvo dominar e subjugar todas as outras classes. Estes intelectuais orgânicos entram em cena para reconfigurar os pensamentos e ações da classe, visando quebrar esta dualidade entre dominantes e dominados. Recria uma nova estrutura ligada na cultura, nas relações sociais, transformando o senso comum desta classe em senso crítico, capaz de construir os fundamentos para uma experiência de classes, por desvendar as construções ideológicas das classes

dominantes (agrários, políticos, burguesia e industriais). Trazendo para o contexto a fala de Alves:

Os intelectuais devem participar da vida prática do grupo social que representam e do qual fazem parte, tornando coerentes os problemas levantados pelo grupo em sua atividade prática e formando um bloco social e cultural. (ALVES, 2010, p. 75)

Ou seja, a teoria deve estar junto com a prática, os intelectuais devem estar na base junto com aqueles que reivindicam algo, apoiando-os, tornando os problemas passíveis a uma resolução coletiva. A emergência destes intelectuais se deu por motivos óbvios. A classe camponesa precisava de apoio na luta contra os latifundiários, e estes intelectuais foram os intermediários nas negociações entre agentes do Estado, como os policiais, e os donos das terras diante da histórica negação de direitos e da violência no campo. Foram responsáveis de trabalhar na base, seja educando, alfabetizando os camponeses preparando para as batalhas jurídicas, indo na busca de documentações das terras e etc. As características do intelectual que atuou nos movimentos no Brejo Paraibano não foram diferentes daqueles personificado por Gramsci, respeitando a diferença presente nos contextos. Gramsci faz referência em suas obras a experiência da Itália, mas percebe-se grandes similitudes com os problemas sociais do Brejo Paraibano. Destacamos que os filhos dos camponeses raramente tinham a oportunidade de estudar se voltando mais para o trabalho, para ajudar a manter a família. E, principalmente, o problema do latifúndio (grande concentração de terras nas mãos de poucos) desta má divisão de terras e das ideologias defendidas pela classe dominante agrária para se manterem no poder.

Foi o desejo coletivo de conquista da terra, por parte do campesinato, de mudar esta situação de miséria, que impactou a estrutura política das relações agrárias, que se apoiaram e se apossam na construção de uma determinada memória das classes dominantes, que é difundida socialmente como se fosse a memória necessária e fundamental aos outros grupos sociais. Um controle hegemônico para uma visão legítima da organização social, como natural. São esses momentos os fundamentos de uma elaboração sobre os eventos escolhidos como "(...) uma tentativa de debater - ou recuperar, ou construir, de alguma forma, momentos históricos nacionais e institucionais" (SCHILLING, 2010, p.141). E em contrapartida os movimentos sociais não ficam atrás, procuram meios de resistência como a própria memória, como na fala

de Schilling (2010, Op. Cit, p.144): “é um instrumento, uma arma, e nos fortalece de certa forma para algum tipo de luta (...) memória (...) é um fragmento, é individual e só pode se compor no coletivo.”

São nos momentos de tensão de uma sociedade que as pessoas buscam um modelo de sobrevivência, se apoiam em certos ideais, e buscam na união forças para superar às dificuldades. Foram exatamente nos momentos mais difíceis em que a CPT ganhou fôlego junto às nações indígenas e aos camponeses sem-terra. Mais precisamente por volta da década de 1980 e 1990 momento que o Brasil passava por anos de um Estado de exceção, a partir do golpe de 1964. Estava em transição de um governo autoritário pra o “democrático”.

O trabalho destes agentes pastoral era relacionar, os problemas que eles passavam, a vida de exclusão que eles viviam com a busca dá terra prometida. Eram formas de relembrar outros sofrimentos superado em outros momentos históricos, através da palavra bíblica. Neste caso a memória assume o papel de reativar os elementos que formam uma identidade de classe. Como aprofunda França:

A CPT, Convocada pela memória subversiva do Evangelho e buscando ser fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, quer ser presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. Para que assuma o protagonismo de suas lutas e de sua história. (CNBB, 2008. p. 124 Apud FRANÇA, 2016, p. 29).

Este trecho reafirma o papel destes agentes, que tinha e tem a missão de fortalecer a identidade de classe destes camponeses. Elevando suas funções dentro da sociedade, como seres capazes de lutar de forma honesta ao direito à terra.

No que envolve a memória a luta ainda continua, pois existe uma memória oficial que quer se impor a memória dos humildes para mantê-la subterrânea. E são através das memórias individuais e coletivas que se resgatam a possibilidade de uma nova história que é capaz de mostrar a dimensão das disputas entre estas memórias.

A luta dos camponeses da região do Brejo carrega em si uma certa barganha de significados e memória de resistência, pois adquirir cada lote de terra, na vida destas pessoas representa ganhar dignidade. Como destaca Barbosa:

Em torno desses conflitos são elaboradas memórias que se reportam às estratégias de resistências dos trabalhadores aos seus antagonistas e são produzidas narrativas estruturadas a partir de múltiplas temporalidades e vivências pessoais e coletivas. (BARBOSA, 2011, p.1)

São estas narrativas que dão sentido à estas lutas, a permanência destas pessoas nos movimentos. Rememorar a vivências destes camponeses é embriagar-se com coisas e ideais que traz não só a história deles como também a nossa história. Pois os conflitos agrários fazem parte de nossas vidas, da nossa história, Barbosa, frisa:

É mergulhar em sentimentos, vivências e narrativas de agricultores (...) atores comuns que fortemente vinculados a determinadas práticas sociais e culturais interferem nos processos históricos por meio de suas ações individuais e coletivas. (BARBOSA, Op. Cit., p.3)

Ações estas que mudaram uma parcela dos direitos, que usufruímos na atualidade. As histórias destas pessoas estão carregadas de emoções que vão muito além de uma luta; são histórias de vida, que servem de referências para os movimentos que atuam hoje em nossa sociedade. Cabe a memória e aos registros de memória que nos restam, entender como sofreram e como foram estes conflitos, refazendo os como meio de aprendizagem e experiência para atualidade.

Fazendo uma ponte com a memória dos camponeses com a análise de Antônio Araújo Sá (2008) em trabalho de pesquisa de campo em Canudos, onde o mesmo relata: "observei certa continuidade nas relações entre memória, esquecimento e o silêncio" (SÁ, 2008, p.112). Esta continuidade nos resgates das memórias são observações feitas por vários atores que trabalham com a fonte oral. São memórias que perpassam o tempo e tem um significado importante na sociedade e na vida das pessoas.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.5)

Quando se fala que à memória ajuda na constituição da identidade, supostamente ela é construída, pois nos momentos de crise de identidade tudo entra em crise. Daí vem as reformulações das memórias, e cada grupo quer consigo memórias que os tornem vistos dentro de uma sociedade, memórias que enalteça o grupo em si. Segundo Michael Pollak:

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado...A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. (POLLAK, 1992, p.4)

Ou seja, após o acontecimento, o que fica gravado, vai ganhando sentido com o tempo, com as reformulações que as pessoas vão fazendo destas memórias. Ela é

herdada no momento que a pessoa não viveu tal acontecimento, porém este acontecimento tem tanto sentido na vida destas pessoas, que ela já se apropriou desta memória. E também o sentido atribuído a determinada memória depende do momento em que ela está sendo contada, depende da situação em que o narrador transmite sua história.

Antônio de Sá também em análise afirma existir um grande problema encontrado por muitos pesquisadores, principalmente aqueles ligados à história, mais precisamente no campo da memória: medo que é estabelecido no campo da memória coletiva por parte das classes dominantes, ainda é uma grande barreira na produção de memórias pelos pesquisadores. Talvez isto se dê por medo das injustiças que acontecem no campo e é omitido por muitos. Segundo Araújo de Sá:

Contudo, o trabalho silencioso das memórias subterrâneas revela que a esfera do silêncio opera, em determinados momentos de crise, de modo mais consciente facilitando sua emergência. A reabilitação da periferia e da marginalidade, aliado à empatia com os grupos dominados, fizeram com que as memórias subterrâneas que trabalham de forma quase imperceptível no silêncio aflorassem em momentos de crise. (SÁ, 2008, p.114)

Nesta perspectiva, afirma-se que as memórias subterrâneas silenciadas têm uma certa vantagem nos períodos de crise, pois é com sua emergência que esta memória floresce, facilitando assim o trabalho dos pesquisadores das memórias dos grupos/classes subalternos, daquelas pessoas que são colocadas nas margens de sua própria história. É uma forma de desvelar aquilo que por muito tempo foi omitido na história.

Por isso em meio-a todo processo de silenciamento à memória faz lembrar, principalmente, quando dada a condição de grupo ou classe social que nos toca. Pois costumamos trabalhar/pesquisar com assuntos que nos chamam a atenção e nos atraem por algum motivo. A cada pesquisa, ou conversa se descobre algo novo, não revelado antes, mas com a ajuda de métodos de pesquisa, podemos associar a outras fontes na construção do conhecimento histórico.

Observamos algumas questões pertinentes nos trabalhos sobre memória referentes a nossa pesquisa bibliográfica. Um deles chamou a nossa atenção no que tange as variações que acontece do passado e as permanências "(...) há experiências que não se esgotam na primeira interpretação, pois contém um excesso de sentido" (SÁ, 2008, p.115). Em análise, isto acontece devido muitas experiências terem sido silenciadas em nome de uma memória oficial, e o trabalho de trazer elas para o

presente requer uma segurança por parte do contador para com o entrevistador. Talvez o medo seja o motivador do apagamento destas lembranças, dependendo do tipo de lembrança, que pode variar de uma lembrança boa a uma traumatizante. "Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história." (POLLAK, 1989, p.11). Talvez o não contar por parte delas se dê por motivos de não querer aquela memória perpetuando e causando mais revolta, mais terror. O não esgotamento na primeira impressão, deve-se também as perguntas que estamos sempre refazendo ao passado a partir do nosso presente.

Portanto, as narrativas só ganham valor a partir do reconhecimento digno para determinadas lembranças, através da oralidade, da escuta, com conversas, e deve ser registrada para não correr o risco de se perder com o tempo. "A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis". (POLLAK, 1989, p.7). Isto remete a necessidade que os grupos sentem de articular com outros, que tem os mesmos interesses que os seus, contra aqueles que divergem da sua forma de pensar segundo o pensamento de E. P. Thompson (THOMPSON, 1987). Este trabalho de trazer o passado como referência para o presente é feito, por pessoas, de preferência do próprio grupo para manter a coerência e quando preciso for, modificar, ou melhor reescrever a história deste grupo baseado em seus próprios interesses, como destaca Michael Pollak:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (MICHAEL POLLAK, 1989, p.8)

Com relação ao trabalho em questão estivemos interessados no resgate bibliográfico das memórias dos movimentos sociais, baseados nos trabalhos escritos que tinha como fontes a oralidade que se baseia em depoimentos de pessoas que viveram ou tiveram algum ente que viveu e vive nos movimentos. É importante levar em conta que o ser que lida com a entrevista, é um ser subjetivo tanto como o que cede a entrevista. Como no livro de Sandra Pesavento (2005) "História e história

cultural”, tudo que é produzido pelos seres humanos é dotado de sentido e está incluso na cultura da época, ou seja, é produto do tempo.

Além de todas as reconfigurações que passamos, hoje assumimos um grande “compromisso para com Clio e para com os sujeitos sociais menos considerados e valorizados no mundo presente” (ABREU E LIMA; MOMESSO, 2011, p. 72). Sabemos que nem todos trabalhadores exercem profissões “formalmente”, não são registrados, e não se tem uma história clara destas pessoas, temos este compromisso em maior com a história destes trabalhadores, de ajudar na formação de seres críticos conscientes da sua posição, que dialogue dentro da sociedade que estão inseridos.

Por muito tempo a história ou melhor os historiadores estavam limitados a construir uma história fechada em si, uma história macro a favor de grandes nomes, não se preocupavam com a base, com aqueles que na verdade faziam a história acontecer. E foram estas reivindicações destes novos sujeitos, que na verdade sempre existiram, fizeram com que estas noções fossem reavaliadas pelos historiadores ampliaram “sua visão limitada quanto ao que constituía seus objetos, suas abordagens e suas fontes” (BURKE, 1992, Apud ABREU E LIMA; MOMESSO, 2011, p. 73). Mesmo com este alargamento nos objetos de estudo da história ainda somos meios que barrados por falta de documentos que comprovem aquilo que se é dito. Por esta razão, já que os documentos escritos podem parecer um empecilho, não podemos esquecer que eles também não são a verdade em si. Eles foram feitos para suprir um objetivo. Por isso que a fonte oral é nosso suporte, através das memórias e lembranças de quem viveu o momento, ou não. Todas as fontes, sejam escritos, ou falado merecem atenção e devem ser bem explorados. Principalmente o que condiz aos momentos silenciados, onde uma memória oficial foi imposta. Foram nestes momentos de silêncio, que a memória se faz presente, ou melhor o ato de lembrar, e por em jogo a história, antes oculta dos nossos ouvidos e olhos. Ela se faz presente para não sermos mais prisioneiros de uma história contada de cima para baixo, sem a mínima para os movimentos sociais, para as formas de lutas por melhorias, pela luta por um pedaço de terra para construir uma moradia digna, e ter condições de plantar e colher o próprio alimento para subsistência, e ter seu espaço de cultura, religiosidade etc.

Foi nesse sentido que surgiu a CPT com o objetivo de reverter essa história e favorecer os grupos sociais marginalizados pelas relações capitalistas, através do

apoio da Teologia da Libertação. Passando a ser a mediadora para os movimentos sociais no campo.

3. Movimentos sociais, CPT e mulheres em cena:

Nesta parte do nosso trabalho, buscaremos responder a questão do papel das mulheres nas atividades organizativas dos camponeses na área atendida pela Pastoral da Terra, Guarabira. O nosso olhar será voltado para os anos de 1980 e 90. Pois é quando a Igreja com a mediação de agentes com intuito de ajudar os camponeses, que sofriam injustiças sociais no campo, buscando políticas de luta pela reforma agrária. A Igreja Católica, neste caso uma parcela dos padres, e religiosos, entram na ação ao observar os grandes conflitos que se alastram pelo campo brasileiro, e de inúmeras mortes e expulsão de camponeses de seus locais de origem em nome da monocultura da cana e da expansão da pecuária na década de 1980 no Brejo e Agreste Paraibano.

Este processo de modernização agravou ainda mais a situação do campo brasileiro, pois o camponês já não era visto como necessário no processo de produção pelas classes dominantes agrárias, devido à modernização das máquinas agrícolas. Esta quando não tentava expulsar de forma direta, através de seus jagunços e da milícia, usavam-se também, segundo Paiva Neto (2012, p.182): “a expansão de pastos, cujo efeito seria gradativamente dispensar o trabalho das famílias envolvidas.” Assim a mão de obra camponesa foi perdendo o valor para esta classe agrária, que agora passava a obter novos equipamentos de produção e também uma forma de tentar fugir dos direitos trabalhistas, mesmo depois de ter usufruído de todo trabalho braçal destes camponeses. Como relata França et al:

Na segunda metade dos anos de 1970, no bojo do processo de modernização da agropecuária, que culminou com a criação do Proálcool e a conseqüente modernização da atividade canavieira na Zona da Mata e no Brejo Paraibano, e com o avanço da pecuarização no Agreste e no Sertão, a luta por terra no Estado adquiriu grande dimensão (PIRAYUX E MIRANDA, 2011, Apud FRANÇA ET AL. 2016 p.592)

A expansão dos canaviais para obter o álcool e do pasto para o gado, levaria como consequência a expulsão dos camponeses das terras na década de 1980 no

Agreste e no Brejo Paraibano. Com isso, as novas demandas dos camponeses ganhavam espaços juntos a outros seres que se uniam e passavam a reivindicar seus direitos, que estavam sendo roubado sem consentimento. A exemplo principal à terra que era voltada para o trabalho.

No meio de todo este processo de luta, foi criado a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que tinha como ações, a participação dos leigos na luta pela terra e mediava os camponeses, no sentido de saberem lidar com o processo de obtenção da terra. Serviam como ação pastoral política e religiosa. Segundo França et al (2016, p. 595): "Atua como uma espécie de 'serviço educativo', privilegiando a sua atuação no campo da denúncia e no apoio político-pedagógico (serviço educativo) aos grupos que se organizam na luta pela terra." Com a educação chegando no campo, para atender aos camponeses, passava a ser um rompimento da lógica dos donos de terras. O camponês passava a enxergar seus direitos, e isso para elite agrária era motivo de querer controlar ainda mais as posses das terras em suas mãos, tinham medo de perder, o controle das terras para os camponeses, e perder o controle sobre estes camponeses.

E também segundo Paiva Neto:

Essas condições nos faz refletir o surgimento da CPT (associada ao profetismo da Teologia da Libertação) como um órgão clerical, que assumiu um papel de questionar práticas dentro do campo religioso católico em relação aos seus vínculos com o campo político, dentro de certos limites históricos e institucionais, as expressões do capitalismo no campo. (PAIVA NETO, 2012, p. 155)

Estes questionamentos dos padres em relação a ação da Igreja no campo religioso e político veio por meio de professar as injustiças que ocorriam no meio social, o nome "libertação", já mostra o sentido de sair de algo que mantinha estes religiosos presos a determinada teologia, que apenas contemplava no sentido de viver dentro de uma Igreja, pregando missas e não saíam em busca do real problema das pessoas, dos problemas sociais e principalmente libertar pessoas da exploração.

As condições agravantes no sentido de tirar pessoas de uma terra, na qual já tinham criado relações de pertencimento aquele lugar, famílias que moravam e trabalhavam na terra há muitos anos, não eram avisadas antecipadamente das ordens de despejo. E isto, de certo modo, fez alguns padres entrarem, na causa de uma parcela do seu rebanho, que se constituiu da classe camponesa. Se aquelas famílias moravam e trabalhavam nestas terras, certamente já haviam adquirido certo direito social sobre ela. E foi justamente o papel desenvolvido pela Igreja com ação da CPT

em Guarabira, e região atendida pela diocese. Estes padres perceberam que para se resolver o problema social no que se referia principalmente a questão da reforma agrária, eles deveriam sair de dentro da Igreja e atuarem junto com estes camponeses em combate ao capitalismo no campo, que percebia os trabalhadores rurais como ferramentas para geração de lucros. Por isso como afirma Paiva Neto (2007, p. 5): “A presença dos órgãos da Igreja no que se refere a reforma agrária se deu num contexto de expulsão de camponeses na área de expansão da monocultura da cana e da pecuária.”

A participação destes padres neste processo de luta e negação as relações capitalistas no campo, criou uma nova dinâmica na vida dos camponeses envolvidos agora de um certo modo com a Comissão Pastoral da Terra, uma nova cultura. Onde o direcionamento dos padres, em especial Monsenhor Luigi Pescarmona, era de não reagir aos confrontos por parte dos proprietários de terra e seus capangas. Como bem fala Paiva Neto (2012, p.159): “A ação da CPT, no sentido de apoiar os camponeses ameaçados ou expulsos das terras de trabalho, em um contexto de expansão do capitalismo no campo, foi fruto de uma nova cultura de mediação política.”

Foi exatamente este não reagir, no sentido de não bater de frente com os proprietários das terras que, favoreceu o surgimento dos assentamentos rurais, pois no momento que estes camponeses não reagiam de frente, eles buscavam forças em outros sentidos como: na união entre eles, como forma de se manterem na terra, se retiravam quando a polícia vinha e voltavam assim que ela saía, construíam açudes, plantavam e buscavam forças na Diocese de Guarabira. Ou seja, a reforma agrária, ou melhor, as tentativas de reforma agrária, não se deram de forma harmoniosa nos campos do Brejo e do Agreste Paraibano foram motivos de muita luta, ameaças, prisões, mortes e tentativas de morte. Toda base de Projetos de Assentamentos no Brejo e Agreste Paraibano tiveram como mediadora a Igreja e seus idealizadores, como exemplo na citação abaixo de Paiva Neto:

a reforma agrária na Paraíba não pode ser estudada sem um olhar criterioso com relação ao trabalho desenvolvido pela CPT, pois foi o serviço da Igreja que mais colaborou para o assentamento de trabalhadores rurais nesse estado, além de ter sido pioneiro. (PAIVA NETO, 2012, p.161)

Quando a Diocese de Guarabira, passa a atuar na região do Brejo e do Agreste, na contenção das injustiças sociais, uma nova reconfiguração social se forma no meio camponês. O camponês tem agora a quem recorrer em momentos, onde não se via

mais saída. E também na intenção de se debater os assuntos, que se arrolavam no campo, na luta pela conquista e depois de conseguir a terra. Os agricultores precisavam de um espaço de debate para relatar o processo de permanência na terra. Para abordar quais os problemas presentes nos assentamentos e tentativas de melhorias, por meio de créditos aos bancos, alternativas sustentáveis para com o trato com a terra e outros problemas, daí foi criado o fórum que ainda é realizado na CPT. Como afirma França et al:

Na região, um Fórum dos Assentados foi criado pela Diocese de Guarabira. Ele conta com a assessoria da ONG denominada SEDUP (Associação de Educação Popular) e de diversos movimentos sociais (MST, CPT, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA), com o propósito de aprimorar suas ações junto com os assentados e prestar apoio a outros assentamentos da região. (FRANÇA ET AL. 2016, p.593)

O fórum foi um meio viável de não afastamento dos assentados, após a conquista dos lotes de terras. É um meio de diálogo entre os outros movimentos que também tem como alvo a terra. E como permanecer nela. Por mais que os dilemas dos assentamentos hoje sejam outros, como exemplo, a participação de todos nas reuniões comunitária, percebesse uma grande evasão dos assentados nestas reuniões. O ditado “a união faz a força” foi perdendo o sentido dentro dos assentamentos. A tentativa da CPT agora é trazer de volta estas pessoas para o coletivo. Resgatar a força da classe camponesa, através da própria memória daqueles que lutaram para obter aquelas terras, e deram um novo ressignificado aqueles espaços. A reconstituição destas lembranças tem uma certa importância para seus grupos, pois são delas que o presente se alimenta.

Essas experiências vividas tem grande influência em nosso cotidiano, o que nos fortalece a tentar construir essas histórias, a partir de relatos das memórias dos camponeses, como afirmou Barbosa:

Existe na experiência dos sujeitos um evento que de alguma maneira marcou uma época, para os trabalhadores rurais (...) este evento se relaciona diretamente às lutas sociais pela terra e pelos recursos dela extraído, em outras palavras, pela continuidade de seu trabalho, seu modo cultural de vida. (RICOEUR, 2008 Apud BARBOSA, 2011, p.12)

Como podemos entender os movimentos é consequência de algo que não estar bem para uma determinada parte de uma sociedade e a luta pela reforma agrária, surge exatamente do descontentamento dos trabalhadores rurais, que ao se verem pressionados por um sistema de exclusão ao direito a terra, se sentem na obrigação de reivindicar estes e outros direitos. E a participação feminina foi indispensável nesta

luta. As mesmas lutavam não só por terra, mais por dignidade, respeito e mais participação na vida social, pois já bastava a exclusão na vida privada e o machismo enfrentado por séculos. Neste processo de luta por direitos voltados para a classe trabalhadora do campo foi possível, através da construção de uma identidade de luta que segundo Damasceno, foram:

Fundamentais ao processo de identificação da classe dos trabalhadores rurais os movimentos sociais e as entidades representativas dos trabalhadores rurais lograram ampliar o debate político acerca de duas questões fundamentais: a Reforma Agrária e a extensão da Legislação Social Trabalhista aos trabalhadores do campo. (DAMASCENO, 2013, p.3)

Principalmente direitos trabalhistas alargados para as mulheres, pois os homens já haviam conquistado alguns direitos, e foi nesse processo de luta dos trabalhadores da região do brejo paraibano junto com a CPT-Guarabira que foi possível fazer um diálogo entre a justiça, no sentido de ter a posse da terra. E nas afirmações de Alvaides e Scopinho com:

As recentes transformações econômicas e sociais tornaram o rural brasileiro heterogêneo, em termos das características, necessidades e interesses de expressiva parcela de trabalhadores que, marcados tanto pelo desenraizamento quanto pela tentativa de reconstrução da identidade social, buscam nos movimentos de luta pela terra uma alternativa para garantir trabalho e melhorar as condições de vida. (ALVAIDES; SCOPINHO, 2013, p.288)

Pois como os conflitos estavam em alargamento no campo, os camponeses se retiravam da terra natal em busca de melhorias em outras localidades, mais precisamente as grandes cidades, como exemplo comum: São Paulo e Rio de Janeiro. Aqueles que se retiravam perdiam o contato com sua identidade social e quando voltavam, e se voltassem sentiam a necessidade de engajar-se nas suas culturas e foi possível através do resgate das memórias de luta, que nas palavras de Alvaides e Scopinho a:

Memória participa do processo de enraizamento e reconstrução da identidade social de trabalhadores que, por força das transformações do rural, foram obrigados a deixar suas terras, passaram por processos migratórios e inseriram-se na luta pela terra, busca de melhores condições de trabalho e vida. (ALVAIDES; SCOPINHO, 2013, p. 288-289)

A própria presença de meios de comunicação e da circulação de notícias permitiu aos camponeses a percepção de se criar meios de atuação para uma “revolução individual”, ou seja, ter como alcançar condições de progresso para família, através da educação ou níveis de infraestrutura. Assim: “Ao ser excluído da rede social

de pertencimento, o sujeito afasta-se dos seus valores, ideologias, costumes e crenças e encontra dificuldades de ordem objetiva e subjetiva para realizar-se e reproduzir-se como ser social” (ALVAIDES; SCOPINHO, 2013, p. 289). E isto aconteceu com frequência no processo de migração dos trabalhadores, que ao se verem pressionados pelas relações capitalistas, das violências no campo, e da exploração, saíam em retiradas à procura de vida melhor, e “a memória é fundamental para o sujeito e o seu grupo social de referência, por fornecer elementos que proporcionam unidade física, continuidade no tempo e sentimento de coerência e pertença, ou seja, enraizamento.” (ALVAIDES; SCOPINHO, 2013, p. 289). A memória neste caso funciona como um suporte, como forma de resistência, de grupos e pessoas que não aguentam a opressão, passam a se verem como uma classe que luta por seus objetivos.

Estudar o espaço social e histórico quando a CPT foi implantada em Guarabira, inicialmente existia uma espécie de Pastoral Rural, “a Pastoral Rural em Guarabira manteve esse nome entre 1981 e 1988.” (PAIVA NETO, 2012, p. 166) e por volta dos anos 1988 em diante, efetivou uma Pastoral da Terra, na tentativa de atender a região. Nota-se que era um momento de grandes embates dos trabalhadores com os fazendeiros e principalmente os canavieiros. Com isso, os trabalhadores já não estavam aguentando aquelas formas de opressão. Não tinham nenhuma seguridade social e eram obrigados as grandes e exaustivas horas de trabalho, que iniciava-se com o amanhecer e ia até o tardar da noite, restando poucas horas para o descanso e para o contato com a família isso quando a mesma não estava toda empenhada nestes trabalhos pesados. Em relação as mulheres além de exercerem os mesmos trabalhos dos homens, ganhavam menos e ao chegarem em casa tinham que dominar todo trabalho doméstico e aos cuidados das crianças. E levando em conta todas as formas de opressão, o ser mulher era o principal alvo de diversas formas de violências. Como relata Barbosa:

Tempos difíceis, nos quais as mulheres, além de sofrerem as mesmas violências que os homens (ferimentos, torturas, prisão ilegal, tentativa de assassinato, morte, sequestros) foram vítimas de outros tipos de violências que as atingem no mais íntimo de seu ser, quais sejam, o estupro e o aborto provocado por maus tratos. (CPT, 1989:25 Apud BARBOSA, 2011, p.9)

A entrada da CPT como entidade que organiza e valoriza a vida e as culturas dos trabalhadores e trabalhadoras camponeses, atribui um significado fundamental à existência e organização de um grupo social camponês e o seu direito à terra. Passam

a observar à terra como lugar para erguer sua casa, tirar o seu sustento, consumir a água que dela brota, tudo para sua sobrevivência, ela passa a ser a mãe que acolhe seus filhos, estes que devem cuidar sem destruí-la, preservando, como salienta Alvaides e Scopinho:

Nos acampamentos e assentamentos rurais, entre os princípios organizativos mais importantes encontra-se a cooperação autogestionária- como ação social organizada para atingir objetivos e resolver problemas comuns- e a agroecologia- como forma de desenvolver a pequena produção agropecuária limpa e conservacionista, respeitando os recursos naturais e humanos. (CONCRAB, 2001, MST 2006 Apud ALVAIDES; SCOPINHO, 2013, p.290)

São estas formas sustentáveis de preservar a terra, e não repetir aquilo que fazendeiros/ posseiros e canavieiros fizeram com a terra, usufruíam e não devolviam o que eram extraídos. Viver no campo vai muito além da lógica capitalista. Um dos objetivos da Pastoral da Terra foi contribuir com os camponeses na intenção de dá vida as terras, que estavam sem produzir, e colocá-las em mãos certas. Hoje temos meios sustentáveis que favorecem não só as famílias camponesas, como também todos aqueles que consomem o alimento e os artesanatos produzidos pelos camponeses, pela “agricultura familiar tradicional baseada na cooperação espontânea entre parentes e vizinhos em meio às transformações econômicas e sociais em curso.” (ALVAIDES; SCOPINHO, 2013, p. 290). Agricultura esta que visualiza o ser feminino como parte do processo de produção, desde a base até momento de ser dona do seu negócio, e poder ajudar na manutenção da casa e da família.

Por isso é importante frisar que todo este processo de luta por direitos e formas de organizações por resistência tiveram como seres atuantes crianças, homens e mulheres. Segundo Medeiros e Neves:

A participação efetiva das mulheres no processo produtivo, desde o início da construção humana do saber e da prática vinculada à agricultura, sempre foi determinante para a garantia da continuidade dos seres humanos tanto na produção da alimentação, como na preservação ambiental, na garantia de renda comercialização, ou seja, na reprodução da vida. (MEDEIROS; NEVES, 2013, p.7)

Ou seja, a participação feminina em movimentos sociais por garantia de direitos, se deu em vários âmbitos, desde o cuidar dos filhos, da natureza, o produzir dos alimentos, ao enfrentar os patrões e seus jagunços. Daí elas passam a questionar sua posição na sociedade e começam a reivindicar seus espaços, quando percebem que mesmo na luta seus lugares não estavam sendo respeitados, como destaca Duarte e Gracia:

No caso das mulheres militantes dessas entidades de classe, a própria mobilização, emergiu do processo histórico de privação de direitos e opressão social nos que essas mulheres se encontravam, reféns do sistema de gênero até hoje predominante, onde a hierarquia masculina é hegemônica. Além, de vivenciar essa desigualdade social em uma sociedade organizada em classes sociais, não apenas desiguais senão, fundamentalmente, antagônicas. Ainda que muitos queiram omitir esse fato, por não ser tão novo. (DUARTE; GRACIA, 2014, p. 3)

Trazendo isto para uma análise thompsoniana, as mulheres passam a perceber as suas condições, que não condiziam (e ainda não condiz) com a realidade, onde estavam inseridas: nas relações de trabalho, nos debates políticos e até mesmo nos espaços de enfrentamento aos donos de terras, fazendeiros e canavieiros, e passam a exigir seus direitos. O ser mulher não se calava e exigia tanto respeito quanto direitos iguais aos homens, sendo maioria nos movimentos não escondiam sua força e luta perante às injustiças sociais. Como exemplo, num trecho de um artigo de Nunes, depoimento de Júlio César Ramalho á audiência pública da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba:

As mulheres eram maioria na luta pela resistência, e Anastácio é testemunha, as mulheres eram mais fortes e mais bravas na hora de enfrentar a polícia. Tem uma cena que eu e Hermano vimos que lembra aquele filme 1900, de Bertolucci, tinha dois coqueiros assim, então a polícia, depois que derrubou a escola, eles reagiram pouco, aí começaram a dar cassetetes, coronhadas de rifle, e eu e Hermano a única coisa que a gente dizia era: tenente não atire, não atire, não atire, não atire, bom, enfim, a situação estava desse jeito. Mas de qualquer maneira conseguiram prender alguns e colocaram no camburão, pois sabe o que dona Júlia fez? - aquela baixinha que ainda é viva hoje, ela se jogou, deitou no meio entre os dois coqueiros para que o camburão da polícia não sáisse com pessoal preso, quem assistiu o filme 1900, de Bertolucci, sabe que isso foi feito na época, na Itália pelos camponeses. Pois bem, a conclusão trágica e cômica é que chegaram dois soldados, um segurou pelos braços e o outro pelas pernas, pegaram ela assim e jogaram com quem joga um saco de lixo, passaram e foram embora. E aí era eu, Hermano e Anastácio atrás no fusca, imaginem o risco que a gente correu atrás do camburão, o camburão furava o sinal, e a gente atrás furava igualzinho, uma loucura naquela época, mas era a tática que a gente tinha para dar força pessoal. (Audiência Pública, 16/07/2015. Acervo da CEVPM-PB Apud NUNES, 2016, p.251)

A citação traz vários demonstrativos de como foi a luta dos camponeses frente a uma classe agrária que queriam por fim das forças expulsar de “suas terras” pessoas que foram úteis até um certo momento a eles. Traz também as variadas formas de violências sofridas: derrubada de escola, o grito de socorro, medo de tomar tiros, violência contra uma mulher. Foram formas de mostrar quem “manda”, e desestruturar a vida destes camponeses, na intenção da desistência da luta. E como forma de aliviar toda aquela pressão, pessoas de certa posição dentro da sociedade como Frei

Anastácio e também o Monsenhor Luigi seguiam atrás das viaturas como meio de demonstrar que aqueles camponeses presos injustamente não estavam sozinho. A referência ao filme 1900, de Bertolucci, ressalta a presença feminina em não desistir da luta. No filme tem uma cena na qual os trabalhadores estavam sendo expulsos na pressão por medo dos patrões e quando uma tropa vêm surgindo todos armados, um grupo de mulheres convencem outras a deitarem no chão e não deixar a tropa passar, como forma de demonstrar suas forças e não se render a ordem de expulsão. Não só neste contexto, mais em todos os movimentos de luta por terra e outros direitos, foi favorável para a união dos camponeses a um único sentimento, lutar por seus direitos e deveres dentro da sociedade. Já que as mulheres foram ativas dentro dos movimentos, elas não se enquadravam nesta cultura de subalternidade, difundida por longos anos. Eram sim donas da própria história e isto não foi diferente para as camponesas dentro dos projetos de assentamentos e que existia várias donas Júlias e que suas histórias deveriam ser respeitadas. Seguindo o conceito de identidade de classe de E. P. Thompson (THOMPSON, 1987), elas passavam a ver dentro dos seus grupos uma nova possibilidade de resgatar suas memórias de vida. Como ressalta Bergamasco et al:

As mulheres cujo trabalho aparece, em geral, envolto em uma rede de invisibilidades vêm, na casa, na formação de grupos diversificados de produção, na busca de resgate da história/memória de suas lutas, mostrando que a constituição e a trajetória dos assentamentos têm que levar em conta, necessariamente, as vozes e as ações das assentadas rurais. (BERGAMASCO ET AL, 2013, p.197)

Foram estes resgates destas memórias, a partir de movimentos sociais, que as barreiras foram sendo quebradas, foi se tirando a ideia de uma história única e dando espaço as múltiplas histórias, onde pertencer ao ser feminino não era questão de desonra, de desmerecer certos lugares que na maioria eram atribuídos aos seres masculinos. Que nas concepções de Duarte e Gracia:

Uma das questões problematizadas pelo Setor de Mulheres da CPT era a necessidade de sindicalização, como forma de luta pela ampliação dos seus direitos como trabalhadoras. Ocorria em vários STRs do Brejo a rejeição e até negação desse direito a essas mulheres, já que o espaço sindical era entendido como necessariamente um espaço masculino. (DUARTE; GRACIA, 2014, p.12)

O porque da sindicalização voltada para as mulheres trabalhadoras? seus direitos deveriam ser respeitados: salários iguais, salários maternidades, aposentadorias e entre outros. Nota-se que diante da opressão, as mulheres não

desistiam, por mais que soubessem das grandes barreiras que iriam enfrentar. Com isso conquistaram alguns espaços, meios que restritos. Este setor da CPT não teve grande durabilidade a exemplo de outros movimentos de luta por direitos, as mulheres foram para outros movimentos como exemplo o MMT (Movimentos de Mulheres Trabalhadoras) movimento específico voltado para mulheres, diferente da CPT que tem o alvo trabalhadores camponeses (mulheres, homens, crianças). Esta saída se dá por meio das dificuldades enfrentadas. Mesmo diante das transformações sociais que vieram ocorrendo até os dias atuais, muitas lutas foram perdendo e outras ganhando maior foco: "Ao mesmo tempo, contudo, as lutas no campo ampliaram-se e se diversificaram com a emergência de outras demandas." (DUARTE; GRACÍA, 2014, p. 75). Como o surgimento de outros problemas pertinentes no meio rural.

O pouco que restou não desistiram de lutar e hoje aos poucos algumas mulheres que permanecem na CPT tentam manter o pouco da chama que lhes restam. Através da memória de outras mulheres que lutaram e lutam. Organizam fóruns e encontros de formação com as mulheres, onde se debatem assuntos pertinentes na sociedade, atuação delas no convívio social, permanência na terra, oficinas de artesanatos, práticas de preservação ambiental etc.

E outra forma de resistência buscada por elas, e que teve a participação efetiva da Igreja Católica foi a partir da religiosidade com o catecismo (a formação não era restrito apenas as mulheres). Elas recebiam a formação de catequese e daí repassavam para aqueles que não podiam estar ali, o que aprendia, não só para as crianças, mais para todos do campo que estavam envolvidos na luta pela terra. Em um dos fóruns presenciado na Diocese de Guarabira tive a oportunidade de escutar um depoimento de uma mulher que foi e é catequista e também professora que por meio da catequese faziam uma ponte com o sofrimento que as pessoas da Bíblia passaram com o sofrimento deles (as) e quando chegou a ser pressa, na cela recitava versículos bíblicos e cantava músicas católicas. Isto pode ser confirmado nesta citação de Araújo e Silva:

A participação das mulheres nos encontros de formação da catequese, nos quais tomavam conhecimento de outras lutas pela terra no estado da Paraíba e repassavam essas informações para a sua comunidade nos momentos de celebração (missas, novenas, festas...). Relacionavam as experiências do evangelho com outras lutas camponesas e a situação concreta deles. (ARAÚJO; SILVA, 2009, p.3).

Ou seja, a participação das mulheres deu-se de várias formas desde um momento de catequese, levando a esperança para seu povo até momentos de

enfrentamento com os capangas dos senhores, polícia e com os próprios senhores. Nota-se também que os meios de sociabilidade (missas, novenas, festas) não eram dispensados para uma complexidade do problema enfrentado por eles e elas, todos os meios eram usados, como bem é notado esses espaços tinham um significado especial, pois através deles elas conseguiam interagir e repassar aquilo de mais importante que adquiriam nos encontros de formação. Pois não era apenas um simples estudo da Bíblia, envolvia compreender o meio social, e outros problemas enfrentados por outras pessoas que tinham ligações com a luta travada por eles. A diocese de Guarabira também dispunha de cartilhas informativas o que facilitava a compreensão por parte dos camponeses sobre a conjuntura na qual eles passavam.

Mesmo diante das dificuldades os trabalhadores nunca deixaram de procurar meios de intervenções que formam “possibilidade de resistência à exploração do capital e construção de alternativas continua sendo uma questão significativa”. (ABREU E LIMA; MOMESSO, 2011, p. 72). Isto mostra que não é algo restrito apenas aos camponeses, tanto: “Os trabalhadores da cidade e do campo, ao longo do tempo, têm dado inúmeras mostras de criatividade, combatividade e capacidade de organização para enfrentar o patronato e os desafios que as diferentes conjunturas lhe colocam.” (ABREU E LIMA; MOMESSO, 2011, p. 71). Percebe-se que nos momentos mais difíceis as pessoas se unem e tornam-se mais fortes nos seus grupos gerando movimentos de resistências e construção de alternativas significativas, que as incentivam a permanecerem na luta. Logo:

As classes trabalhadoras têm, na comunicação, um ponto de partida fundamental para se firmarem enquanto sujeitos coletivos: é com a troca de ideias, de informações, é pelo debate e pela argumentação, pelo discurso e pela disputa que vão sendo construídas alternativas de organização e enfrentamento à exploração e à opressão vivenciadas no capitalismo. (THOMPSON, 1987 Apud ABREU E LIMA; MOMESSO, 2011, p.71)

Foi esta união que fez deles seres fortes diante das ameaças enfrentadas pelos senhores donos de terras. O direito de ter seu próprio local para plantar seu alimento, que por muito tempo foram impedidos por esses senhores, e quando eles cediam algum espaço, este era restrito e vigiado a todo momento, chegando a alguns casos serem soltos animais da própria fazenda destruindo toda plantação destes trabalhadores tirando toda chance de defesa. Nas palavras de França et al:

Os assentamentos apresentam, ainda, muitos desafios a serem enfrentados, desde a questão da produção e da comercialização, questões internas e externas de organização política e social e, até mesmo, a questão ambiental. A terra de negócio é transformada em

terra de trabalho, em um território de esperança, onde os desafios cotidianos se multiplicam para se obter autonomia, vida digna, sobrevivência sem o jugo da exploração. (FRANÇA, ET AL 2016, p. 594)

Os problemas enfrentados pelos assentamentos dizem respeito ao capitalismo que tenta se impor de todas as formas nas vidas das pessoas. Cria o individualismo entre elas, com isso as dificuldades vão aumentando de maneiras indesejáveis. Porém muitos camponeses reagem e tentam se impor a este modelo e criam alternativas sustentáveis que não vai agredir o meio ambiente, tentam produzir o alimento sem agrotóxicos. Mantém o ideal de terra da esperança. Tentam viver o ideal do início da formação dos assentamentos.

Mesmo diante das grandes mudanças econômicas conseguir o direito de um lote de terra não significa que a luta terminou. É sim “uma luta política pela garantia de direitos sociais como saúde, educação, seguridade social, entre outros.” (ALVAIDES; SCOPINHO, 2013, p. 290). Luta voltada para a permanência no campo, lema carregado por muitos movimentos sociais camponeses da atualidade, movimentos derivados de movimentos que já tem uma certa história, e também derivados das novas demandas de nossa sociedade. O objetivo desta discussão foi também, mostrar a grande participação das mulheres nos movimentos sociais camponeses. A exemplo de tantas outras mobilizações sociais como exemplos lutas contra regimes ditatoriais. A participação feminina foi ativa também no sentido de atuarem na luta camponesa por direitos negados, entre eles o direito à terra.

4. Conclusão

Após esta discussão chegamos a uma análise que o processo de obtenção de um pedaço de terra, ou melhor tentativa de reforma agrária no brejo e agreste paraibano não foi fácil. Um dos empecilhos para concretização deste “sonho” é ainda a grande influência política e jurídica que esta elite agrária tem a seu favor. Esta base agrária que insiste em continuar no seio da sociedade, dificulta o “andar da carruagem” como se diz. Impede que os direitos cheguem ao destino final, para aqueles na qual são elaborados. A luta camponesa foi e é uma luta que merece atenção por parte de toda sociedade, não é uma luta apenas para os camponeses, e sim luta de todos, o pequeno camponês é importante na produção do alimento que consumimos. E

também a presença feminina em todo processo de luta por direitos e reforma agrária foi infalível, elas além de serem majorias eram fortes em resistir a toda opressão: violência por serem mulheres, abusos etc. Elas não aceitavam a imposição vinda do alto sem nenhum valor de consentimento diante de um pertencimento de classe camponesa, pertencimento a um grupo de pessoas que sonhavam com um lugar digno para se morar, plantar e ter o pão de cada dia. De não viverem sob a dominação de um "senhor dono de muitas terras". E o resgates de todos estes processos são feitos através da memória contada por quem esteve presente, nestas lutas. E cabe destacar que o papel dos padres e religiosos ligados a teoria da libertação na Diocese de Guarabira-PB, foi primordial nestes processo de obtenção de terras. Porém á muitos direitos a serem adquiridos por parte das classes pobres, principalmente aqueles que vivem no meio rural, onde muitas vezes ficam esquecidos pela sociedade.

ABSTRACT

This article aims of trying to understand what led the feminism presence in the peasant fights which had the CPT as mediator. We had as methodology the bibliographic research which had in its content the history and memory of the peasants who were steady in the battle of some historical movements related to the CPT and women's fight. The obtained result in this research, that the female presence was important in all the processes of fields fights of the brejo and agreste paraibano, they were responsible for keeping the cycle of life preserving the environment and fight against exclusion. However, there are many places occupied and the fight doesn't stop, it is daily, searching for many other improvements denied to the poor class.

Keywords: Memory. CPT. Women's participation in social movements.

REFERÊNCIAS

Abreu e LIMA, Maria do Socorro de; MOMESSO, Luiz Anastácio. **Memória, História e Trabalho: uma experiência de preservação de acervos em Pernambuco**. In: 2º Seminário Internacional – O Mundo dos Trabalhadores e Seus Arquivos, 2011. Arquivo, memória e resistência dos trabalhadores no campo e na cidade: comunicações do 2º Seminário Internacional – O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2011, p. 71-80.

ALVAIDES, Natália Kerche; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **De sem-terra a Sem-Terra: memórias e identidades**. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua Nova, São Paulo, 2010.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Vivências rurais, narrativas múltiplas: Memórias e lutas sociais em terras maranhenses**. In: XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH: 50 anos. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. et al. **Na trajetória dos assentamentos rurais: Mulheres, organização e diversificação**. In: Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos político. Niterói: Alternativa, 2013, p. 195-216.

DAMASCENO, Salatiel Nascimento. **História e memória do sindicato dos trabalhadores rurais de Vitória da Conquista**. In: Anais Eletrônicos- VI Encontro de História ANPUH/Bahia, 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **A questão dos intelectuais em Gramsci**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, abr./jun. 2014, p. 265-293.

DUARTE, Emmy Lyra. GRACÍA, María Franco. **Movimentos de mulheres trabalhadoras no Estado da Paraíba Brasil: Gênero e autonomia do MMB e do MMT/PB1**. 15f. Artigo -Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FRANÇA, Juliana Ferreira; JESUS, Jômane Costa de; MARINI, Fillipe Silveira; MONTEIRO, Shirley Santos; SANTOS, Dualysson Silva; VASCONCELLOS, Andreia. **A relação histórica da Comissão Pastoral (CPT) e movimentos sociais para a reforma agrária paraibana e a Agroecologia como revitalização da valorização**

dos agricultores assentado. Bananeiras: Gaia Scientia, 2016. Vol. 10, n. 4, p. 589-601.

FRANÇA, Francisco Elianilton Alves de. **Contribuições da Igreja Católica para o desenvolvimento social na Diocese de Guarabira.** 44f. Trabalho de Conclusão de Curso – UEPB, Guarabira, 2016.

LIMA, Severino do Ramo Pereira de. **Conflitos e resistências no campo Alagoa-grandense: Um retrato da luta e formação do Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona.** 26f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2015.

LUNA, Emmanuel Paulino de. **A questão agrária na Paraíba: uma análise histórica sobre a consolidação da CPT-PB.** 34f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.

MARIANO, W. C.; **O projeto de tratamento do acervo da Comissão Pastoral da Terra.** In: 2º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, 2012, Rio de Janeiro. Arquivo, memória e resistência dos trabalhadores no campo e na cidade: comunicações do 2º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos. São Paulo - SP e Rio de Janeiro: Arquivo Nacional e Central Única dos Trabalhadores, 2011, p. 62-70.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. NEVES, Delma Pessanha. (Org). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói: Alternativa, 2013.

NETO, Francisco Fagundes de Paiva. **A trajetória religiosa-política do padre Luigi Pescarmona (1960-2010): entre o habitus partição e o assistencial.** 300f. Tese de doutorado – UFCG, Campina Grande, 2012.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Tensionando a transição “lenta, gradual e segura”: A Igreja e os conflitos agrários no estado da Paraíba (1975-1985).** In: História política: interfaces e diálogos. Porto Alegre: EDIPUCRS; Ceará: EDUECE, 2016, p.231-257.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Tradução de Dora Rocha Flaksman. Vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Tradução Monique Augras. Vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1992, p. 200-212.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RICOEUR, P. **A história, a memória, e o esquecimento**. São Paulo: UNICAMP, 2008.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Os movimentos sociais nas batalhas da memória de Canudos (1993-1997)**. Vol. 6 Núm. 1 (2008).

SCHILLING, Flávia. **Memória da Resistência ou a resistência como construção da memória**. In: PADRÓS, E.S.; BARBOSA, V.; LOPEZ, V.A.; FERNANDES, A.S.(Org.). *A Ditadura de Segurança Nacional No Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória – Conexão Repressiva e Operação Condor*, vol.3 – SEGUNDA EDIÇÃO. 2ed.Porto: Corag; Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul; UFRGS; Escola do Legislativo, 2010.

SANTOS, Jordana Souza. **Gramsci e o papel dos intelectuais nos movimentos sociais**. Revista Espaço Acadêmico nº 102. 2009.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais “orgânicos” em tempos de Pós-Modernidade**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, set./dez. 2006, p. 373-391.

SILVA, Ivanilson Batista da. **O Protagonismo Das Mulheres Camponesas na luta pela terra**. 120f. Dissertação – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SILVA, Severino Bezerra da. ARAÚJO, Monalisa Porto. **A participação das mulheres na conquista da terra**. 14f. Artigo - Universidade Federal da Paraíba, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. 1997. Disponível em: <https://www.acessa.com/gramsci/> Acesso em: 8 de Set. 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Apud

Video:

1900. Direção: Bernardo Bertolucci. Produção: Alberto Grimaldii. França: 20th Century Fox, Paramount Pictures, United Artists, Action Gitanes. 1976. 1 DVD. 5h 20min.